

REVOGADO

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

ATO N° 51, DE 16 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 1º da Lei n° 8.730, de 10 de novembro de 1993, e na Instrução Normativa n° 05, de 10 de março de 1994, do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º. Os magistrados, bem como os servidores ocupantes de cargos em comissão ou funções comissionadas do Superior Tribunal de Justiça, entregarão, anualmente, à Unidade de Pessoal cópia da declaração apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de imposto de renda - pessoa física.

§ 1º. A entrega da cópia da declaração será feita no prazo de até quinze dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal para apresentação da declaração de bens e rendimentos referente a imposto de renda.

§ 2º. A Unidade de Pessoal autuará, em processos devidamente formalizados e organizados, numerando-os seqüencialmente, as cópias das declarações que lhe forem entregues e fornecerá a cada declarante comprovante da entrega mediante recibo em segunda via trazida por ele, ou cópia da mesma declaração.

Art. 2º. O dirigente da unidade será responsável pelo sigilo das informações contidas nas declarações de bens e rendimentos que lhe forem entregues, devendo, portanto, adotar todas as medidas pertinentes para preservar sua confidencialidade, nos termos dos arts. 198 do Código Tributário Nacional e 325 do Código Penal.

Parágrafo único. Sujeitam-se também às sanções previstas neste artigo os servidores ou quaisquer pessoas que, em virtude do exercício de cargo, função ou emprego públicos, tenham acesso a informações fiscais relativas às autoridades e servidores públicos a que se refere o art. 1º.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro NILSON NAVES

